

Francisco Lopes fala na CAE

O presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, indicado para titular do cargo, será sabatinado hoje, às 10h30, pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, a CAE decidirá, por voto secreto, se aceita a indicação.

PÁGINA 4



O senador Antonio Carlos, que recebeu ontem Pinheiro Neto e André Beer, representantes da indústria automobilística, defendeu iniciativas para evitar demissões no setor e afirmou que o governo quer superar a crise com a colaboração de todos, inclusive da oposição

ACM defende medidas contra demissões e diz que governo quer ajuda de todos

Para o presidente do Senado, o Executivo pode “fazer agenda positiva” buscando um acordo que evite a dispensa de metalúrgicos no ABC paulista, inclusive com a redução de impostos sobre os automóveis

AJUSTE FISCAL

1.140.762

Plenário vota hoje contribuição de aposentados e pensionistas

O plenário do Senado deve votar hoje o projeto que cria a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas da União e aumenta a alíquota cobrada dos servidores ativos. O projeto, aprovado pela Câmara na semana passada, tramita no Senado em regime de urgência e tem parecer favorável do senador Osmar Dias. Se obtiver os votos da maioria dos senadores, será enviado à sanção.

PÁGINA 3



Osmar Dias antecipou seu parecer favorável à criação da nova contribuição previdenciária

A adoção de medidas que evitem demissões de metalúrgicos foi defendida ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. “Se o governo tiver atuação efetiva no caso da Ford, as demissões poderão ser revogadas”, afirmou o senador, acrescentando que “é melhor reduzir o IPI e o ICMS do que deixar centenas de milhares de automóveis nos pátios, dando motivos para as montadoras demitirem”.

O presidente do Senado recebeu, em seu gabinete, os empresários André Beer, vice-presidente da General Motors, e José Carlos Pinheiro Neto, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Antonio Carlos Magalhães disse também que a posição do governo é de aceitar toda ajuda possível para superar a crise: “Queremos a colaboração de todos, inclusive da oposição”, observou.

PÁGINA 5

Este é o número de servidores (ativos e inativos) que estarão sujeitos às novas regras

Comissão de Educação discute ensino de direitos humanos

Inclusão do tema nos currículos tem como objetivo contribuir para a formação da cidadania e para o respeito à dignidade humana

A inclusão de disciplinas sobre direitos humanos no ensino fundamental e médio será discutida hoje, às 14h30, em reunião extraordinária da Comissão de Educação do Senado (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) é a relatora da matéria.

A proposta, elaborada pelo deputado José Anibal, institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos e contém uma série de iniciativas, cujo objetivo é garantir o acesso de todos ao conhecimento de direitos que garantam o respeito à dignidade humana e à formação da cidadania.

Entre os princípios fundamentais que devem constar dos currículos escolares, segundo a proposição, des-



Emília relatará o projeto que introduz os direitos humanos no ensino médio e básico...



...na Comissão de Educação, que é presidida pelo senador fluminense Artur da Távola

tacam-se o conhecimento dos direitos à liberdade, direitos individuais, de igualdade, de solidariedade e de paz. De acordo com o projeto, as escolas devem promover a educação em direitos humanos de maneira integrada com os programas educacionais que já executam.

A proposta determina, ainda, que

a execução da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos deverá ser implementada de forma conjunta pelo Sistema Nacional de Educação e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Esses órgãos definirão as diretrizes para a execução do programa em âmbito nacional.

CCJ retoma debate sobre reforma política

Depois de conceder vista coletiva dos pareceres às propostas que compõem a reforma político-partidária, apresentados no último dia 20, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), deve dar sequência amanhã, a partir das 10h, à discussão dos 11 projetos e propostas de emenda à Constituição que alteram regras eleitorais e de organização partidária.

Na reunião da semana passada, os senadores manifestaram posições discordantes sobre a maioria das al-

terações sugeridas pela comissão especial que estudou o assunto.

Relator de sete das propostas apresentadas, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou voto contrário a três medidas: o voto facultativo, a mudança no sistema de suplência e a redução do mandato dos senadores. Francelino ofereceu dois substitutivos que modificam as propostas originais sobre a alteração no cálculo do número de vereadores e sobre a limitação da divulgação do resultado de pesquisas eleitorais.

O voto distrital misto, a fidelidade

partidária e o fim do segundo turno nas eleições são outras propostas incluídas na reforma política, todas elas relatadas pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

JUSTIÇA FEDERAL

Duas propostas já aprovadas pela Câmara durante a convocação extraordinária deste mês e que alteram o funcionamento da Justiça Federal também fazem parte da pauta da reunião da CCJ desta quarta-feira.

O projeto de lei que reestrutura a Justiça Federal na primeira instância, com a criação de varas federais nas cinco regiões, tem como relator o senador José Fogaça (PMDB-RS) foi designado para relatar a proposta de emenda à Constituição estabelecendo que lei federal disporá sobre criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. A proposta inclui ainda o julgamento de *habeas corpus*, quando um tribunal estiver relacionado na ação, entre as competências do Superior Tribunal de Justiça (STJ).



Francelino Pereira relata sete das 11 propostas em discussão



Sérgio Machado é o relator da fidelidade partidária e do voto distrital



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h - Despacho interno

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 5/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, inativos e dos pensionistas; e *PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária e a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos

COMISSÕES

10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 54/99, que submete ao Senado o nome de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de presidente do Banco Central; *Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 1999; *Mensagem nº 28/99, que trata de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,1 bilhão, de principal, entre o BNDES e o BID; *Mensagem nº 276/98, que trata de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Mundial, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio a Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência; e *Ofício "S" nº 35/98, por meio do qual o governo do Piauí solicita autorização para a confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, no valor total de R\$ 250.654.937,41. Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

14h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação do PLC nº 03/99, que institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio. Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagem nº 247/98, que submete ao Senado o nome de Ricardo Drumond de Mello, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Nicarágua; e *Mensagem nº 26/99, que submete o nome de Gilda Maria Ramos Guimarães, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Guatemala. Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (27.01.99)

10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Votação da Proposta Orçamentária da União para 1999. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Pauta: *Mensagem nº 245/98, que submete ao Senado o nome de Ruy Nunes Pinto Nogueira, para exercer a função de embaixador do Brasil na Venezuela; *Mensagem nº 256/98, que submete o nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida, indicada para embaixadora do Brasil no Equador; *Mensagem nº 14/99, que trata da indicação de Afonso Emílio de Alencastro Massot para a função de embaixador do Brasil na Holanda; *Mensagem nº 25/99, que submete o nome de Henrique Rodrigues Valle Júnior, para exercer a função de embaixador do Brasil no Canadá

Quinta-feira (28.01.99)

10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Agenda em aberto. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 - Sessão deliberativa do Senado Federal

Pauta: Agenda em aberto

Sexta-feira (29.01.99)

10h - Sessão não deliberativa do Senado Federal

COMISSÕES

Quarta-feira (27.01.99)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Reforma político-partidária: *PLS nº 187/98, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95, revoga o artigo 57 da mesma lei; *PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; *PLS nº 189/98, que altera o artigo 9º da Lei nº 9.504/97, o artigo 88 da Lei nº 4.737/65, e o artigo 18 da Lei nº 9.096/95, fixando os prazos mínimos do domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições; *PEC nº 38/98, que dá nova redação ao artigo 29 da Constituição, estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcionais ao número de eleitores; *PEC nº 39/98, que dá nova redação ao artigo 14 da Constituição instituindo o voto facultativo; *PEC nº 40/98, que acrescenta inciso III ao parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais; *PEC nº 41/98, que altera a redação do artigo 56 da Constituição, para disciplinar a substituição do senador na hipótese de vacância; *PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o Sistema Eleitoral Misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispoendo sobre a suplência dos deputados; *PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição que tratam da fidelidade partidária; e *PEC nº 45/98, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 46 da Constituição, fixando o mandato de senador em seis anos, com renovação de um terço a cada dois anos; *PLC nº 4/99, que dispõe sobre a criação de varas federais na Justiça Federal de Primeiro Grau; *PEC nº 1/99, que dispõe sobre a criação de juizados especiais na Justiça Federal e sobre *habeas corpus*. Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário examina contribuição de inativos

Aprovado pela Câmara na semana passada, o projeto que taxa aposentados e aumenta alíquota previdenciária dos servidores ativos vai à sanção presidencial se for aprovado hoje pelo Senado

Será votado hoje pelo plenário do Senado, uma semana depois de ser apresentado à Câmara, o projeto que cria a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas da União e aumenta a alíquota cobrada dos servidores da ativa. Se aprovada, a proposta será enviada imediatamente à sanção presidencial.

O projeto institui alíquota previdenciária de 11% para os aposentados que recebem mais de R\$ 600,00 por mês. Até esse valor, o rendimento continuará isento. Acima de R\$ 1.200,00, serão cobrados percentuais adicionais por quase quatro anos, com vigência a partir do dia 1º de maio próximo.

Serão 9 pontos adicionais para a faixa salarial que vai de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e 14 pontos percentuais para a aposentadoria que passar de R\$ 2.500,00. A proposta isenta os aposentados e pensionistas que têm mais de 70 anos ou aposentados por invalidez, desde que

seus proventos não passem de R\$ 3.000,00 por mês.

Já os servidores federais, que atualmente contribuem com 11% sobre seu salário, também pagarão os adicionais, ou seja, 9 pontos para os rendimentos de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e 14 pontos para os que excederem a R\$ 2.500,00. Para os servidores da ativa, não haverá qualquer isenção. Do mesmo modo que no caso dos aposentados, o aumento da contribuição dos ativos entrará em vigor no próximo 1º de maio e vai durar até 31 de dezembro de 2002.

As novas alíquotas e seus adicionais devem render ao governo R\$ 4,2 bilhões por ano, recursos considerados fundamentais pelo governo federal dentro do seu programa de ajuste fiscal anunciado no final de outubro passado. Este é um dos últimos projetos que compõem o ajuste fiscal a

ser votado pelo Senado. Das várias medidas propostas, os senadores só não votaram ainda o Orçamento da União (com cortes) e a nova taxa previdenciária. O Orçamento deverá ser votado até quarta-feira e a previdência está na pauta de hoje.



O projeto a ser apreciado pelo plenário, considerado essencial ao ajuste fiscal, pode render R\$ 4,2 bilhões por ano aos cofres públicos

Ministro vê situação "ímpar" no mundo

Um dos principais argumentos usados pelo ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, para cobrar previdência dos aposentados e pensionistas é o valor médio recebido pelos aposentados, comparando-se com funcionários da ativa. Para ele, o que acontece no Brasil "é ímpar no mundo", pois aqui aposentado ganha mais que seu colega da ativa. Isso existe, continua o ministro, porque no Brasil servidor público se aposentava com o último salário acrescido de uma promoção (o Congresso derrubou essa promoção no projeto da reforma previdenciária).

De acordo com uma tabela preparada pelo Ministério da Previdência e pela Secretaria de Administração e Patrimônio, distribuída a deputados e senadores, um médico aposentado do serviço público ganha 30% a mais do que médico da ativa. Datilógrafos aposentados recebem 76% a mais, fiscais de contribuição 23% a mais e assistentes sociais aposentados ganham 31% a mais que seus colegas da ativa.

Ainda conforme a Secretaria da Administração e Patrimônio - até recentemente Ministério da Administração -, a maior economia será feita com a contribuição de

Quantidade de servidores abrangidos pelo projeto

Faixas de Renda	Ativos	Inativos e Pensionistas	Total	%
1. Contribuintes	711.978	428.784	1.140.762	81,1
Até R\$ 1.200,00	408.818	216.977	625.795	44,5
Entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.500,00	214.163	118.050	332.213	23,6
Acima de R\$ 2.500,00	88.997	93.575	182.754	13,5
2. Isentos	—	265.215	265.215	18,9
Inativos e Pensionistas com renda inferior a R\$ 600,00	—	102.157	102.157	7,3
Inativos e Pensionistas com mais de 70 anos e com renda inferior a R\$ 3.000,00	—	152.053	152.053	10,8
Invalído com renda inferior a R\$ 3.000,00	—	11.005	11.005	0,8
3. TOTAL	711.978	693.999	1.405.977	100,0

* Exclui inativos isentos
Obs.: Posição em setembro/98

Fonte: Secretaria de Administração e Patrimônio

aposentados e pensionistas que ganham mais de R\$ 2.500,00 por mês. Eles são 93.757 pessoas (13,5% de todos os aposentados e pensionistas), mas vão contribuir com 60,7% de toda a economia que a União fará com a taxa de inativos. Ainda conforme a mesma documentação, da economia total de R\$ 4,19 bilhões que o projeto proporcionará ao governo federal, R\$ 2,68 bilhões virão de aposentados e pensionistas, enquanto R\$ 1,51 bilhão será obtido dos servidores da ativa.

Outros números apresentados aos congressistas mostram que 57,4% dos funcionários da ativa não terão qualquer mudança em seus contracheques, pois ganham até R\$ 1.200,00 por mês (e já contribuem com 11% para a Previdência). Por sua vez, 38,2% dos aposentados e pensionistas não pagarão a nova contribuição, por causa da isenção para proventos de até R\$ 600,00 por mês e para quem tem mais de 70 anos ou é aposentado por invalidez (neste caso, a isenção abrange renda de até R\$ 3.000,00).

Relatório elaborado por Osmar Dias é favorável à proposta

Relator do projeto de lei que cria a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas e aumenta a alíquota dos servidores da ativa, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou que seu parecer é favorável à matéria e que analisará em plenário as emendas referentes ao projeto. Ele disse que a nova tributação servirá para reduzir a necessidade de o governo aplicar recursos fiscais no financiamento da Previdência.

Em princípio, o senador estranhou que, no projeto, o governo faça uma estimativa anual de arrecadação adicional de R\$ 4,2 bilhões em contribuição previdenciária de ativos e inativos, quando a Consultoria Legislativa do Senado fez um cálculo que situa essa arrecadação em R\$ 2 bilhões. O próprio ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, veio ao Senado explicar ao relator que o

governo fez sua previsão amparado no projeto de Orçamento para 1999, e não com base no Orçamento cumprido em 1998, como fez a consultoria.

Em entrevista concedida à tarde, no gabinete da liderança do governo, Osmar Dias explicou que, no ano passado, a necessidade de financiamento do setor público na área de pensões e aposentadorias de ex-servidores foi de R\$ 19,4 bilhões. No entanto, considerando-se que o governo, como padrão, deveria bancar 22% dos gastos com a contribuição (a exemplo das empresas privadas), a necessidade de financiamento cairia para R\$ 11,4 bilhões. Com o incremento de R\$ 4,2 bilhões, a ser propiciado pelo projeto, a participação do governo no gasto com aposentadorias e pensões cai para R\$ 7,3 bilhões.



Osmar Dias analisará as emendas em plenário

CAE sabatina presidente interino do Banco Central

Comissão promove reunião hoje para ouvir o economista Francisco Lopes, indicado pelo presidente para substituir Gustavo Franco no BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), vai sabatar hoje o presidente interino do Banco Central (BC), Francisco Lopes, em reunião extraordinária que começará às 10h30. Depois da sabatina, os senadores da comissão decidem, por voto secreto, se aceitam a indicação do economista para a presidência do BC.

Depois de passar pela CAE, a indicação de Francisco Lopes, feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso após a demissão de Gustavo Franco, será submetida ao plenário do Senado. O relator da mensagem presidencial com a indicação do novo presidente do BC é o senador José Fogaça (PMDB-RS).

É competência privativa do Senado aprovar previamente, por voto secreto, a indicação do presidente e dos diretores do BC, bem como do procurador-geral da República, dos ministros do Tribunal de Contas da União, do governador de território, dos magistrados, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e de titulares de outros cargos que a lei determinar.

Está prevista para a segunda parte da reunião da CAE a apreciação de seis matérias. Caso não haja tempo para a votação desses itens, a comissão fará outra reunião à tarde ou no dia seguinte. Na pauta constam mensagens do Executivo solicitando a contrata-



Pedro Piva preside reunião da CAE que sabatará hoje o nome indicado para presidir o Banco Central



Fogaça é o relator da mensagem presidencial que indica o nome do economista Francisco Lopes

ção de crédito externo de R\$ 1,1 bilhão para o Programa Global de Financiamento Multissetorial e de US\$ 5 milhões para financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep).

Outras duas mensagens do Executivo dispõem sobre a programação monetária para o primeiro trimestre deste ano e a contratação de operação de crédito externo no valor de 18 bilhões de ienes, com o Banco do Japão, para financiamento parcial do

Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia.

A CAE também vai examinar solicitação do governo do Piauí para refinanciamento de dívidas, no valor de R\$ 250,6 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, além de uma emenda de plenário ao projeto de resolução que trata de operação de crédito de R\$ 18,4 milhões para o Projeto Vila-Bairro, da prefeitura de Teresina (PI).

Comissão avalia nomes indicados para embaixadas

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para sabatar dois diplomatas (ministros de primeira classe)



Romeu Tuma

indicados pelo presidente da República para as embaixadas do Brasil na Nicarágua e na Guatemala – Ricardo Drummond de Mello e Gilda Maria Ramos Guimarães, respectivamente.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Musculação
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Prevenção do infarto - 2ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Olinda
9h30 - *Entrevista* - O deputado Carlos Mosconi fala sobre a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo) - Em destaque: Senadores sabatinam o indicado para a presidência do Banco Central, Francisco Lopes
12h - *Cores do Brasil* - Diamantina
12h30 - *Entrevista* - O deputado Carlos Mosconi fala sobre a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Bahia
13h30 - *Especial* - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o ministro Ronaldo Costa Couto
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação) - Em regime de urgência: Votação do projeto que cria contribuição previdenciária para os servidores públicos federais inativos e aumenta a dos ativos.

18h30 - *Cores do Brasil* - Cerrado
19h - *Palestra* - L.E.R., com Liane Bering
20h - *Cores do Brasil* - Olinda
20h30 - *Entrevista* - O deputado Carlos Mosconi fala sobre a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Especial* - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o ministro Ronaldo Costa Couto
22h - Plenário (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Plenário do Congresso vota amanhã proposta de Orçamento para 1999

O Orçamento da União para este ano, com receitas previstas em R\$ 199,9 bilhões e despesas de R\$ 183,6 bilhões, será amanhã votado pelo Congresso Nacional. A diferença entre arrecadação e despesas, no valor de R\$ 16,3 bilhões, permitirá um superávit primário (excluídos gastos com juros) de 8,1%.

Na sexta-feira passada a Comissão Mista de Orçamento finalizou os trabalhos, com a aprovação do relatório geral e a votação dos destaques individuais e emendas de ban-

cadadas estaduais. O relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou o aumento de R\$ 325 milhões nos recursos do Sistema Único de Saúde. A alteração beneficia 21 estados, que passarão a gastar R\$ 45 por habitante com saúde.

Os membros da comissão alteraram a proposta original do governo, aumentando as dotações para investimento em R\$ 3,4 bilhões. Para isso, foram promovidos cortes nas despesas com pessoal inativo e nos gastos com sentenças judiciais não transitadas em julgado.

A comissão mudou ainda o percentual para remanejamento dos recursos orçamentários. De acordo com a proposta do governo, o Executivo teria uma margem global de 30% das dotações que poderiam ser eliminadas ou remanejadas.

Os parlamentares definiram que o limite será de 20% para custeio e 10% para subprojetos. Acima destes valores, qualquer alteração deverá ser submetida ao Congresso, por meio de créditos suplementares.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

ACM sugere medidas para evitar demissões em SP

Senador acha que é melhor reduzir taxaço dos automóveis do que permitir a dispensa de milhares de metalúrgicos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a adoção de medidas para evitar demissões de metalúrgicos, mas discordou da necessidade imediata de novos cortes nas contas públicas, e disse também que, sem o cumprimento das obrigações já assumidas, qualquer tentativa de pacto torna-se imposição unilateral:

– O governo está sempre disposto ao acordo que beneficie todos os estados. Mas nenhum pacto começa sem o pagamento das obrigações contratuais: aí não é pacto, é unilateral – afirmou.

Antonio Carlos ressaltou que a posição do governo é de aceitar toda a ajuda possível para a superação da crise:

– Queremos a colaboração de todos, inclusive da oposição. Só precisamos evitar os trapalhões – observou.

SAÍDAS

O senador acha que o governo deve adotar medidas no sentido de “fazer agenda positiva”:

– Se o governo adotar atuação efetiva neste caso da Ford, as demissões poderão ser revogadas. É melhor reduzir o IPI e o ICMS do que deixar centenas de milhares de automóveis nos pátios, dando motivos para as montadoras demitirem – resumiu.

A possibilidade de novos cortes nas finanças públicas, sugerida pelo deputado Antonio Kândir, foi rejeitada pelo senador com a observação de que o ex-ministro deveria, antes de mais nada, “aprender a votar no painel eletrônico”.

Antonio Carlos advertiu quanto aos efeitos negativos da disseminação de versões não confirmadas em momento delicado para o país, referindo-se especificamente à possibilidade de substituição do ministro da Fazenda:

– Eu não acredito, mas nem adianta falar. O presidente da República fala isso todo dia e a imprensa não dá importância. Eu não critico a equipe econômica, que é capaz e está fazendo todo o possível. O boato é um mal contagiante na elite brasileira – lamentou.

INATIVOS

O senador confirmou a publicação do relatório do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao projeto da contribuição dos inativos para a manhã de hoje, possibili-



Presidente do Senado acredita que o projeto da contribuição previdenciária dos servidores deverá ser votado hoje à tarde

tando a votação na sessão ordinária da tarde.

Antonio Carlos esclareceu que a hipótese de prorrogar a convocação durante a primeira quinzena de fevereiro depende mais da Câmara, pois o Senado já esgotou sua pauta:

– A prorrogação da convocação, se ocorrer, será sem pagamento de qualquer vantagem aos parlamen-

tares – garantiu.

O senador manifestou grande satisfação com o desempenho do Congresso durante o período de trabalho extraordinário:

– Foi muito produtivo. Tivemos um grande resultado. Foi bom para o país, porque demonstrou que o Congresso está cumprindo com seus deveres nesta hora difícil para o país – concluiu.



Antonio Carlos recebeu Luigi Verzé, líder da organização filantrópica que mantém o Hospital San Raphael, de Salvador

Senador recebe empresários e dirigente de entidade filantrópica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em seu gabinete, os empresários André Beer, vice-presidente da General Motors do Brasil, e José Carlos Pinheiro Neto, atual presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Segundo Beer, embora o encontro fosse de cortesia, houve troca de impressões a respeito da conjuntura atual, ficando claro que os visitantes

compartilhavam com o senador do mesmo otimismo quanto ao futuro do país.

A agenda do dia incluiu também audiência concedida ao presidente da Fundação Centro San Raphael del Monte Tabor, monsenhor Luigi Maria Verzé. Trata-se de organização filantrópica mantida pelo Vaticano, que ajudou a criar e vem prestando suporte ao Hospital San Raphael, da cidade de Salvador.

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
AJUSTE FISCAL			
PLC 5/99	Contribuição previdenciária dos servidores ativos, inativos e pensionistas	Osmar Dias (PSDB-PR)	Ordem do Dia desta terça-feira
PEC 34/99	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 19/1/99. À Câmara
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 38/98	Altera o cálculo do número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado, em 7/1/99. À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Aprovado, em 21/1/99. À Câmara
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	Apreciada na CE em 19/1/99. O projeto encontra-se na CAS para parecer
PLC 48/98	Ensino no Exército brasileiro	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Aprovado, em 20/1/99. À sanção
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado, em 7/1/99. À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Retornará à Ordem do Dia desta terça-feira
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	José Alves (PFL-SE)	Aprovado na CAS em 20/1/99. À Mesa.
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Emília Fernandes (PDT-RS)	Apreciação nesta terça-feira na CE
PLC 04/99	Criação de varas federais na Justiça Federal de primeiro grau	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ na próxima quarta-feira
PEC 01/99	Criação de juizado especial na Justiça Federal	José Fogaça (PMDB-RS)	Apreciação na CCJ na próxima quinta-feira

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Mudança cambial permitirá ao país crescer, diz Tebet

Lamentando demora na decisão de desvalorizar o real, senador prevê que setor agrícola será o primeiro a deflagrar novo surto de desenvolvimento

Com base nos estudos que teve de desenvolver na função de relator da lei orçamentária para 1999, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem ter concluído que, com a desvalorização do real frente ao dólar, “agora poderá acontecer a retomada do desenvolvimento no país”. Outra conclusão a que o senador chegou foi a de que a desvalorização “veio com bastante atraso”.

Com o engessamento da economia que caracterizou os últimos anos, conforme Tebet, aprofundaram-se os desequilíbrios da balança comercial e os sacrifícios impostos à agricultura: “Há mais de dez anos a produção de grãos patina em torno de 80 milhões de toneladas”.

Agora, com a desvalorização, o senador acredita que a retomada do desenvolvimento nacional virá exatamente da agricultura, que poderá fazer com que o Brasil deixe de importar trigo, arroz e feijão, entre outros produtos. Superados os primeiros meses subsequentes à desvalorização, que provavelmente serão de incertezas, Tebet manifestou sua convicção de que o país voltará “a andar com as próprias pernas”.



Tebet informou que o Orçamento de 99 reserva R\$ 350 milhões para o SUS

O senador acredita que medidas destinadas a fortalecer o setor produtivo, à semelhança do que fazem os governos dos países desenvolvidos, colocarão o Brasil definitivamente na rota do desenvolvimento.

Tebet também falou da lei orçamentária para 1999, aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização na madrugada do último sábado. Ele registrou como um avanço o fato de a comissão ter conseguido assegurar para o Sistema Único de Saúde R\$ 350 milhões, distribuídos por 21 estados.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou Tebet pela condução dos trabalhos na

Comissão de Orçamento dizendo que eles “sinalizam para a correção de distorções regionais”, e concordou com o senador na avaliação de que a agricultura será o setor de ponta na retomada do desenvolvimento nacional. Ernandes Amorim (PPB-RO), por sua vez, lamentou a utilização de recursos orçamentários em “obras faraônicas” do Poder Judiciário, em detrimento da agricultura.

Ao cumprimentar Tebet pela relatoria do Orçamento, Edison Lobão (PFL-MA) manifestou sua confiança em que o presidente e sua equipe econômica terão plenas condições de superar as atuais dificuldades – “que não são o caos” – vividas pelo país.

Hollanda apóia subsídio para a cana do NE

O programa de equalização de custos de produção da cana-de-açúcar para o Nordeste, que subsidia os produtores de cana da região, foi destacado pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE) como uma iniciativa que está trazendo muitos benefícios para a população nordestina. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é a responsável pela execução do projeto.

– Esses subsídios, provenientes da parcela de preço específico repassado pela Agência Nacional do Petróleo, justificam-se porque a indústria nordestina da cana-de-açúcar, deixada à própria sorte, não teria como competir com os produtores de cana do Centro-Sul do país, cujos custos são menores e cuja produtividade é maior – explicou Joel de Hollanda.

Na avaliação do senador por Pernambuco, a economia nor-



Hollanda afirma que, sem o subsídio, seria impossível competir com o Centro-Sul

destina ainda é excessivamente dependente da monocultura da cana-de-açúcar, que emprega grande contingente de mão-de-obra e cujos rendimentos movimentam o comércio e outras in-

dústrias. Ele informou que a zona canavieira do Nordeste abrange 228 municípios e uma população em torno de 10 milhões de pessoas.

Joel de Hollanda esclareceu que o subsídio, R\$ 5,07 para cada tonelada de cana-de-açúcar produzida, beneficia exclusivamente os produtores do Nordeste que entregam sua produção às usinas e destilarias da região. De acordo com o senador, o subsídio atingirá, a cada ano-safra, no máximo 48,5 milhões de toneladas de cana.

Um grupo criado pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima), segundo Joel de Hollanda, está acompanhando e avaliando a execução do projeto. O senador acrescentou que, num primeiro momento, para a implementação do programa, a Agência Nacional do Petróleo repassará à Sudene R\$ 186,7 milhões.

Alcântara destaca bons resultados do programa de agricultura familiar

O sucesso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado há pouco mais de três anos, deixará o Brasil bem mais próximo de reorganizar suas oportunidades de desenvolvimento, desconcentrando a renda e ampliando as possibilidades de emprego. Foi o que afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao defender a necessidade de todos se empenharem pelo êxito do Pronaf.

Alcântara entende que a política agrícola adotada no Brasil, em lugar de sustentar preços ou subsidiar créditos, está voltada para favorecer o acesso da maior quantidade possível de produtores aos meios necessários à afirmação de sua capacidade econômica. – Acesso ao mercado, à educação, à informação, ao crédito e à tecnologia. É nisso que se vêm concentrando as políticas agrícolas. E é isso que faz do Pronaf parte orgânica da política agrícola brasileira – afirmou o senador.

Para Alcântara, os instrumentos mais inovadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar encontram-se no subprograma denominado “Pronaf Infra-Estrutura e Serviços”, que se destina a mobilizar as forças locais e a estabelecer parcerias com organizações estaduais e federais visando à elaboração

de projetos de desenvolvimento, sobretudo em colaboração com a extensão rural.

Conforme afirmou Lúcio Alcântara, no âmbito do “Pronaf Infra-Estrutura e Serviços” já haviam sido elaborados, até junho de 1998, 1.249 planos de trabalho, correspondentes a um comprometimento de R\$ 162 milhões por parte do governo federal.

Ele observou que a produção, a preços baixos, de alimentos básicos – arroz, feijão, milho, mandioca – continua sendo essencial, mas ponderou: – Ganha cada vez mais destaque a demanda por gêneros diferenciados, próprios do que se pode chamar de mercados de clientela. Entre esses gêneros, estão desde cogumelos e *escargots* até produtos cultivados sem insumos químicos ou artigos destinados à indústria farmacêutica.

Além dessa nova orientação da produção agrícola para mercados específicos segmentados, Alcântara citou como novidades, no que se refere às funções que o meio rural exerce na sociedade, a valorização da preservação ambiental e a criação de um quadro favorável ao lazer, ao contato com a natureza e a um estilo de vida diferente daquele característico das cidades.



Para Alcântara, o Pronaf resolve tanto os problemas de emprego e renda como responde positivamente à questão ambiental

Ernandes Amorim defende a retomada do desenvolvimento

A busca de um novo modelo de financiamento à produção é proposta pelo senador, que vê o desemprego "correndo solto"

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) manifestou ontem sua preocupação com a necessidade de retomada do desenvolvimento para

tros industriais construídos, porém vazios e fechados. Acredito que, com mais algum investimento, eles poderão entrar em operação, gerando empregos e crescimento econômico", afirmou.

Para Amorim, entidades como a Sudam, a Sudene e o BNDES deveriam fazer um levantamento dessas instalações industriais e projetos agrícolas que não estão em funcionamento por falta de ajuda financeira adicional. "É o caso das lavouras de cacau de Ilhéus (BA). O Banco do Nordeste tem dinheiro para recuperar os cacauais, mas os fazendeiros estão

Amorim argumentou que o governo já perdoou tantas dívidas de bancos, empresas e até de estados, que bem poderia relevar esse passivo dos agricultores. "A Comissão para Produção de Lavouras de Cacau (Ceplac) tem tecnologia para recuperar as lavouras. O cacau é um produto que tem mercado seguro de exportação, representando dólares certos, sendo um ótimo investimento", observou o senador.

Segundo o senador por Rondônia, está na hora de rever esta política de emprestar dinheiro público, que representa, muitas vezes, desperdício de recursos. "Os órgãos encarregados de financiar centros industriais e comerciais e projetos agrícolas precisam levar sua responsabilidade até o fim. Se empresários desistiram do projeto, se há necessidade de um financiamento adicional, é preciso encontrar uma solução que impeça instalações que custaram milhões de virarem sucata ou esqueletos", finalizou Amorim.



Amorim disse ter visto no Nordeste centros industriais construídos, mas "vazios e fechados"

combater o desemprego que está "correndo solto" no país. "Estive percorrendo o Nordeste e vi vários cen-

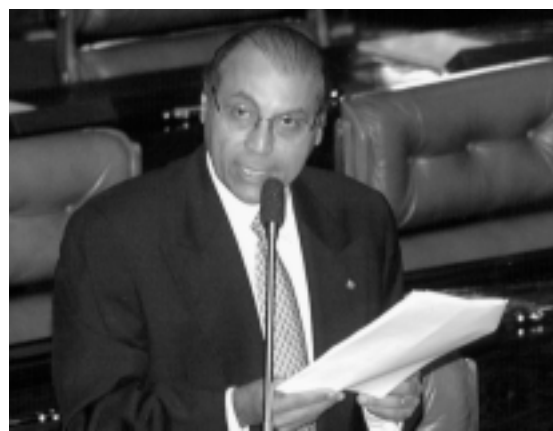
trados e não podem tomar esses recursos emprestados", destacou.

Júlio Campos condena incidência da CPMF sobre saque para pagamento de impostos

A não exclusão da incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em outros impostos é injusta e configura-se em bitributação. A afirmativa foi feita ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), ao protestar contra a incidência da CPMF sobre os saques destinados ao pagamento de outros impostos, como Imposto de Renda, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Territorial Rural e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

— Em nossa opinião, essa situação afigura-se extremamente injusta, pois acarreta efeitos em tudo semelhantes àqueles das execráveis figuras do *bis in idem* e da bitributação — avaliou o senador.

Júlio Campos lembrou que já havia alertado o governo sobre a necessidade de se excluir dos lançamentos para pagamentos de quaisquer tributos a incidência da CPMF. Para o senador, o cidadão cumpridor de seus deveres para com o fisco acaba sendo prejudicado pelo poder público ao pagar tributo so-



Júlio Campos acha que a medida beneficia sonegadores

bre pagamento de tributos. "O sonegador, ao revés, é duplamente favorecido, pois, além de se evadir do ônus tributário efetivamente devido, beneficia-se, ainda, do não-pagamento da CPMF que fatalmente incidiria caso ele honrasse sua obrigação", explicou.

Para solucionar o problema, o senador apresentou o Projeto de Lei nº 260/96, que altera o inciso III do artigo 3º da Lei nº 9.311, isentando de pagamento da CPMF o pagamento de impostos, taxas e contribuições, sejam federais, estaduais ou municipais.

Júlio Campos ainda comentou artigo do jornalista Luiz Orlando Carneiro, publicado no *Jornal do Brasil*, sobre projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados estabelecendo que o Supremo Tribunal Federal somente concederá liminares em ações de inconstitucionalidade por decisão da maioria absoluta de seus membros. O senador acredita que o Senado pode aprovar e transformar em lei este projeto ainda no período da convocação extraordinária e deter "o abuso de liminares", dando início à reforma do Judiciário.



Campos queixou-se da abertura às importações e disse que desvalorização do real deveria ter ocorrido antes

Lauro Campos acusa governo de recorrer a "passes de mágica"

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem o que chamou de tentativa da equipe econômica de resolver o problema brasileiro com passes de mágica. "Me dediquei a tentar desmascarar essa mágica, que tem uma lógica própria, perversa e que se tornou violenta, a ponto de tornar impossível a interação entre os princípios da economia."

Na análise do senador, para promover uma imagem "fantasticamente bonita no exterior", amparado na divulgação de que o brasileiro estava comendo mais 120 gramas de frango ao ano, o governo segurou as taxas de câmbio artificialmente e facilitou exageradamente as importações, mesmo sabendo que estava quebrando a indústria nacional. "Esse espelho, no qual eles viam a sua própria imagem narcisística, quebrou-se", analisou o senador, referindo-se aos integrantes da equipe econômica do governo.

Em sua opinião, o que de fato funcionou com essa prestidigitação foi o sumiço dos empregos e o agigantamento da crise. "A grande vitória desses senhores foi sobre a inflação, o dragão que nos devorava há tanto tempo. No lugar da inflação, eles passaram a ser o dragão devorador dos salários e dos vencimentos. Mas não era mais possível continuar com aquela mágica, que acabou afundando o navio."

Lauro Campos sustentou que, para quem ganhou o mesmo sa-

lário nos últimos quatro anos, é como se tivesse havido inflação, visto que hoje o poder aquisitivo do brasileiro é bem menor do que há quatro anos. Lembrando as práticas do ex-presidente Fernando Collor e do seu tesoureiro Paulo César Farias, o senador disse que o neoliberalismo, no Brasil, começa sempre com chantagem e escamoteamento.

Nesse processo de aplicação do neoliberalismo no país, ele disse que o governo deixou os preços subirem para então congelar os salários. "Através de um ato de mágica, mantiveram o real igual ao dólar e quebraram o país abrindo as importações", afirmou o parlamentar. Ele narrou que empresas como a Estrela, maior produtora de brinquedos nacionais, se transformou em importadora e revendedora de brinquedos feitos no exterior. Com fatos como esse, acrescentou, o parque industrial brasileiro foi sucateado.

No entender de Lauro Campos, esse processo perverso de achar os preços em nome do combate à inflação encontrou agora o seu fim, porque aumentou a dívida externa e essa dívida não pode continuar aumentando eternamente. "A mágica baseada nessa chamada âncora, nessa prestidigitação cambial, tinha que necessariamente encontrar seu fim", afirmou. Para ele, a desvalorização cambial deveria ter sido feita antes e não agora.

Patrocínio quer debater anteprojeto do Código Penal

Texto que está sendo preparado por uma comissão especial do Ministério da Justiça prevê alterações em relação ao aborto, à eutanásia e ao assédio sexual. Para o senador, é preciso estudá-las com muito cuidado

Um exame mais acurado, pelos parlamentares, das normas constantes do anteprojeto de novo Código Penal foi defendido ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Alertado por nota publicada no *Jornal do Brasil*, o senador chamou a atenção para três itens do anteprojeto, referentes ao aborto, à eutanásia e ao assédio sexual.

Patrocínio lembrou que uma comissão especial do Ministério da Justiça está encarregada de formular sugestões para o novo código. A mudança se justifica, para ele, porque o atual está em vigor desde 1942, quando o país ainda vivia a "Era Vargas".

O senador chamou a atenção para as sugestões que ampliam as possibilidades de aborto legal. Atualmente, a interrupção da gravidez só é permitida nos casos de estupro ou de comprovado risco de vida para a gestante. Nessas situações, afirmou o senador, o aborto

Patrocínio considera a mudança do código necessária, pois o atual está em vigor desde 1942, mas pede análise profunda das propostas



é "plausível e aceitável". As possibilidades aventadas para o novo código, no entanto, ampliam a aceitação do aborto legal para os casos de grave risco de saúde para a gestante, ou quando ela sofra agressão física ou moral e ainda na impossibilidade de vida do feto.

Patrocínio considera que, em casos como a anencefalia – em que o bebê não apresenta a formação da abóboda craniana e morre algumas horas depois –,

o aborto pode ser perfeitamente aceitável, uma vez que a nova tecnologia médica permite o diagnóstico da deformidade com precisão total. Mas ele teme que as interpretações de conceitos tão generalizados sejam muito elásticas e permitam, assim, ampliar o número de casos possíveis de interrupção da gravidez.

– Como vamos saber conceituar o que é um grave risco de saúde da gestante? – inda-

gou o senador em seu pronunciamento. Lembrou, como exemplo, que o diabetes é um fator de risco na gravidez e, sendo assim, toda mulher diabética poderia fazer o aborto legal.

Da mesma forma, segundo Carlos Patrocínio, é impossível definir o que seria uma agressão física ou moral. Para ele, isso coincide com o que já é permitido hoje, no caso do estupro.

– De repente vão aparecer conceitos que poderão ampliar as hipóteses – afirmou.

Para o senador, essa ampliação de conceitos favorece apenas a alguns grupos feministas, que defendem que somente à mulher compete a decisão de ter ou não um filho. Mas Carlos Patrocínio lembrou que há hoje inúmeros métodos contraceptivos, incluindo a camisinha feminina. Para ele, é perigoso que a matéria não venha a ser estudada devidamente

pelos parlamentares, antes de sua aprovação.

O mesmo estudo detalhado foi defendido para os casos de assédio sexual. Carlos Patrocínio lembrou o caso do boxeador norte-americano Mike Tyson, que ficou anos preso, condenado por estupro uma mulher que subiu ao seu quarto de hotel de madrugada. Para o parlamentar, trata-se de um tema muito delicado.

Patrocínio ressaltou que o novo código pretende reduzir as punições para quem cometer a eutanásia – a morte induzida para pacientes terminais com alto grau de sofrimento –, incluindo a eutanásia passiva, que é a morte causada quando o médico deixa de administrar remédios que prolongariam a vida do paciente. Ele considera que a medida pode até ser aprovada, se for o desejo da maioria, mas requer amplo debate antes da votação.



Mauro Miranda afirmou que o ex-deputado e ex-prefeito de Itumbiara deixa para a família "o orgulho de uma vida sem máculas"

Mauro Miranda lamenta morte de ex-deputado

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou seu pesar pela morte do ex-deputado estadual Ataíde Borges. Mauro afirmou que Ataíde foi "um dos mais belos exemplos de homem público" que conheceu na política de Goiás.

O senador informou que, além de deputado estadual, Ataíde foi prefeito de Itumbiara por duas vezes e sempre respeitou o patrimônio público.

Segundo ele, Ataíde Borges era homem de pouquíssimos recursos, não tendo se beneficiado dos cargos públicos que ocupou. "Era comum a sua presença humilde nos pontos de ônibus de Goiânia", destacou, afirmando que o ex-deputa-

do abandonou a atividade política há 15 anos.

Mauro disse que Itumbiara, terra de Ataíde, é um dos mais importantes pólos de progresso da região Centro-Oeste. Segundo o senador, muito do desenvolvimento da área deve-se ao trabalho ativo de Borges em favor do progresso industrial do município.

O senador informou ainda que Ataíde Borges deixou a viúva Elza Braga Borges e quatro filhos. "O chefe de família zeloso deixará muitas saudades, mas deixará também o orgulho de uma vida sem máculas e de uma existência marcada pelo desamor aos bens materiais", destacou.

Gilvam destaca grandes oradores do Parlamento

Citando o jornalista Jorge Baleeiro de Lacerda, que publicou artigo sobre os grandes oradores do Parlamento, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ressaltou a importância da oratória para a história política do país. Segundo o artigo de Baleeiro, intitulado *A Oratória Parlamentar no Brasil*, é necessário "escrever a história da eloquência parlamentar".

No artigo lido pelo senador, Baleeiro diz que "agora, com a TV Senado, espero que a nação conhe-

ça os seus grandes oradores, que, ao lado de defenderem grandes teses, sabem fazer da língua um instrumento de beleza".

Gilvam elogiou também a contribuição de Jorge Baleeiro de Lacerda para o estudo da História do Brasil. Ele recomendou a adoção pelo Ministério da Educação da obra *Os Dez Brasís*, sobre aspectos folclóricos e históricos das diversas regiões brasileiras, como livro didático nas escolas de primeiro e segundo graus.



Gilvam Borges recomendou livro *Os Dez Brasís* ao Ministério da Educação

TV Senado explica novas normas de vigilância sanitária

A Medida Provisória nº 1791, que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é o assunto da entrevista que a TV Senado exhibe hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

O entrevistado do programa é o deputado Carlos Mosconi (PSDB-MG), relator da medida, aprovada recentemente pelo Congresso. Para ele, o país terá, agora, mais rigor na fiscalização de medica-

mentos, alimentos, bebidas e produtos ligados ao tabaco.

Mosconi informou que o sistema de fiscalização desses produtos foi aprimorado em todas as etapas, desde a produção até a comercialização. Em consequência, o consumidor terá mais garantia de que os produtos que vier a adquirir tenham sido, de fato, inspecionados e que estejam não apenas próprios para o consumo,

mas fabricados de acordo com padrões internacionais.

O deputado disse também que o aprimoramento da estrutura de fiscalização será bancado pela elevação das taxas de registro. Com isso, deve haver um aumento nos preços dos produtos num primeiro momento, previu. Mas, segundo ele, a relação custo-benefício mostrará aos consumidores que a taxaço será benéfica.